

Resenha

Sílvia Capanema P. de Almeida
Doutora em História pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*,
Paris, e professora na Universidade de Paris 13
e-mail: silvia.capanema@gmail.com



MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 5ª edição [Organização de Marco Morel]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

A 5ª edição do livro-reportagem de Edmar Morel surge em um momento oportuno. Por um lado, aparece um pouco antes da celebração, este ano, do centenário da “Revolta dos Marinheiros de 1910”, movimento que foi batizado “Revolta da Chibata” depois da publicação deste livro e que se tornou um marco da história da Primeira República e da memória da cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, vários temas explorados pelo jornalista Morel no livro encontram-se no centro dos debates do Brasil atual, como a reivindicação da identidade racial, a denúncia dos preconceitos de cor e a luta pelos direitos humanos contra a repressão do Estado e das instituições militares. Esses elementos justificam, ao mesmo tempo, a importância e a atualidade da obra, apesar de seu discurso bastante apoiado em seu contexto de produção. Assim, uma boa compreensão atual de *A Revolta da Chibata* deve levar em conta tanto o processo de construção do livro quanto a própria trajetória da obra através das cinco edições

Fruto de dez anos de pesquisas realizadas pelo repórter Edmar Morel (1912-1989), a primeira edição foi lançada pela editora Pongetti, em 1958, e data de 1959. Sua proposta é reconstituir a história da revolta de marinheiros de novembro e dezembro de 1910, até então um assunto presente na memória coletiva, recuperado esporadicamente pela imprensa, mas dificilmente tratado em uma obra completa e terminada (1). Na noite de 22 de novembro de 1910, um grupo de mais de dois mil marinheiros, subalternos da Marinha de Guerra brasileira, rebelou-se na baía de Guanabara, tomando o controle dos principais navios da frota e apontando suas armas contra a sede do poder federal. Esses praças, majoritariamente negros, pardos, mestiços nortistas e nordestinos, pediam, dentre

outras reivindicações, o fim dos castigos corporais – ainda aplicados nos vasos de guerra brasileiros –, e particularmente a supressão da chibata. A revolta durou 5 dias, provocando tanto medo quanto admiração da população carioca e brasileira e mobilizando a opinião pública. O governo concede anistia aos rebeldes, mas a Marinha autoriza, num segundo momento, o desligamento dos indivíduos nocivos à disciplina. Num clima de relações tensas entre superiores e subalternos e de rumores, uma segunda revolta acontece no início de dezembro, envolvendo o Batalhão Naval. Este outro movimento é rapidamente massacrado pelas forças oficiais da República brasileira: é decretado estado de sítio e diversas prisões são feitas. Duas medidas repressoras são executadas. De um lado, o navio *Satélite* é preparado com o objetivo de deportar para a região da floresta amazônica 491 indivíduos, dentre os quais 105 marinheiros e fuzileiros navais e outras pessoas oriundas das classes populares, como “vagabundos, prostitutas e soldados do Exército”. Muitos morrem durante a viagem, 9 pessoas são fuziladas. De outro lado, as autoridades emprisionam em celas solitárias ou minúsculas do presídio naval da Ilha das Cobras, durante o Natal de 1910, vários rebeldes de novembro a dezembro. A maior parte morre em menos de três dias em decorrência de falta de ar e da desidratação provocada pelo calor. De aproximadamente 16 pessoas trancadas em uma cela, só duas sobrevivem, o marinheiro João Cândido e o fuzileiro naval João Avelino Lira. Em seguida, um Conselho de Guerra é formado para averiguar a participação dos rebeldes de novembro na revolta de dezembro de 1910. Dentre os 70 indiciados, somente 10 se apresentam ao julgamento, os outros são identificados como “desaparecidos, fuzilados, mortos por insolação, extraviados”. Fica provada a fidelidade dos acusados ao governo depois da anistia e os 10 são absolvidos, no fim de 1912. Esta é a história que revela o livro de Edmar Morel.

Edmar Morel já era um jornalista bastante conhecido do público, com alguns livros publicados e participação nos mais importantes jornais do país, em órgãos como *Diário da Noite*, *O Cruzeiro*, *Revista da Semana* e *Última Hora*, sobretudo por meio de suas reportagens populares, gênero preferido do autor. Sobre a primeira edição de *A Revolta da Chibata*, ele conta que quis aproveitar o 50º aniversário do levante para lançar seu livro, mas é verdade também que, em 1959, o contexto democrático favorecia a publicação desse tipo de trabalho. O jornalista tinha interesse pela rebelião dos marujos desde a infância. Ainda menino, no salão de barbeiro de seu pai em Fortaleza, sua cidade natal, Morel leu, na *Revista da Semana*, uma matéria sobre o assunto. A reportagem apresentava João Cândido (1880-1969) – marinheiro negro, líder em 1910 e considerado um herói pelos movimentos sociais desde então –, que estava internado, e fazia uma síntese dos acontecimentos da revolta. Segundo consta, Morel “leu e releu” o artigo e só veio a saber depois que o tema era um tabu na Marinha (2). Anos mais tarde, com “mais de 30 anos de experiência na imprensa”, o jornalista sabia que um livro sobre a revolta seria um verdadeiro sucesso, mas “desta opinião não compartilhavam, infelizmente, 90% dos nossos editores, uns, acovardados pelo que poderia

acontecer de represálias por parte da Marinha de Guerra, outros, interessados mais em obras de fácil vendagem, com estampas de mulheres nuas, como chamariz.” (MOREL, 2009, p. 265).

A Revolta da Chibata apresentava em sua primeira edição 11 capítulos, os quais estabeleciam, de forma cronológica, uma reconstituição dos diferentes momentos do levante, desde a apresentação do assunto segundo a perspectiva do autor até as medidas repressoras do governo, passando pela organização da revolta e cobertura da imprensa na época. Os títulos dos capítulos sintetizam, de forma bem sucinta, os temas tratados: Heróis, Árbitro, Conspiração, Revolta, Vitória, Massacre, *Satélite*, Covardia, Justiça, Perseguição, Crepúsculo. Posteriormente, na terceira edição, acrescentam-se outros capítulos sobre a própria história do livro e a vida de João Cândido depois da revolta (Ressurreição, Depois de 64, O herói popular), bem como um prefácio de Evaristo de Moraes Filho, jurista e escritor, filho de Evaristo de Moraes, criminalista que defendeu João Cândido e seus outros nove companheiros no processo de 1912. No prefácio, Evaristo de Moraes Filho sustenta: “Esta obra de Edmar Morel nasceu clássica; veio para ficar. Depois dela ninguém mais se aventurou em livro a escrever sobre o assunto. Passou a ser consultada e citada abundantemente, evitando pesquisas desnecessárias” (MOREL, 2009, p. 31). A quarta edição do livro, em 1986, trazia um anexo suplementar. Como “versão oficial”, é publicado o manuscrito de um relatório redigido pelo comandante da Marinha, Luís Alves de Oliveira Bello, em 25 de fevereiro de 1960, em resposta ao livro de Morel, com o título de “Sucintos elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos 1895 e 1912”. A partir de consulta a testemunhos da época e do histórico do ex-marujo, o oficial da Marinha, nesse extrato, defende que João Cândido não foi o principal líder do movimento, já que era analfabeto, inculto, violento e pouco respeitado pelos colegas mais jovens, e que a repressão à sublevação não foi tão cruel quanto a apresentada pelo autor de *A Revolta da Chibata*. Esse anexo tem seu lugar no livro pois Morel estimava, como jornalista, “dar lugar a todas as versões”. Além disso, os argumentos de Oliveira Bello são rebatidos pelo autor em um pequeno capítulo chamado “Tiro pela culatra”, no qual o repórter reafirma a sua visão: o movimento era legítimo, comandado por João Cândido, herói nacional, e gravemente massacrado pelas autoridades navais e policiais. O episódio inscrevia-se, assim, duplamente na luta pelos direitos humanos – por sua reivindicação inicial e em decorrência da repressão.

No que se refere às fontes, Edmar Morel diz ter consultado os fundos de imprensa, as publicações de outros autores sobre o tema, os debates parlamentares da época, o processo do Conselho de Guerra de 1912, assim como um documento inédito, o relatório do comandante Carlos Storry sobre o navio *Satélite* (documento fornecido pessoalmente ao autor pelo comandante Júlio Brígido Sobrinho) (MOREL, 2009, p. 180). Além disso, outra fonte inédita do livro foi o testemunho precioso do marinheiro João Cândido, como conta o repórter: “Reuni tudo isso em livro e li-o para João Cândido, recolhendo o seu depoimento.”

(MOREL, 2009, p. 57). Dessa forma, a participação de João Cândido no trabalho é maior do que a de um simples personagem. Ele torna-se também um tipo de ator de sua escrita, chamando o livro de “minha história”. Sobre o processo de escrita, Edmar Morel narra ainda que, com o trabalho quase terminado, foi visitar João Cândido em sua casa em São João do Meriti, na Baixada Fluminense, levando consigo vários objetos “desencadeadores de memória”, como diz em suas próprias palavras:

Lembro-me do nosso primeiro encontro em São João do Meriti, onde cheguei com o livro já pela metade, duas coleções de O País e Correio da Manhã, dezenas de anotações reclamando melhores esclarecimentos. Encontrei o marinheiro metido num surrado pijama listrado, calçado com tamancos e passara a noite, em claro, com uma complicação de rins. Senti que estava diante de um homem firme e dono de admirável memória. O ambiente da casinha demonstrava que a prole vivia em dificuldades econômicas. Servido o clássico cafezinho, achei, antes de mais nada, o dever de falar francamente, expondo as razões da visita. (MOREL, 2009 p. 265-266).

No início, João Cândido não acreditou no projeto do livro. Outros já tinham passado para vê-lo com propostas semelhantes que não tinham dado resultado algum. Porém, Morel consegue ganhar a confiança de seu herói, que lhe concede seu testemunho, citado diversas vezes na obra. Para João Cândido, Morel passa a ser, a partir de então, a pessoa mais legítima para falar da revolta, como disse ao jornalista Cícero Sandroni do *Jornal do Brasil*, que pediu para entrevistá-lo: “Ah, isso você pergunta ao Edmar Morel, que conhece melhor essa história. Não tenho mais cabeça para falar disso agora” (3). O antigo marinheiro torna-se amigo do jornalista, os dois são vistos juntos em diversos lugares do Rio e fotografados um ao lado do outro por várias vezes. No lançamento da primeira edição de *A Revolta da Chibata*, os dois homens assinavam juntos autógrafos na oficina da gráfica, ao lado dos operários que participaram da produção do volume. Edmar Morel conta, ainda, que o contrato previa que 10% dos direitos autorais do livro seriam doados a João Cândido (MOREL, 1999, p. 233). A imagem abaixo mostra João Cândido, com 78 anos, mas ainda grande e esbelto, visto como uma figura “mais reservada”, ao lado de Edmar Morel, contando 46 anos, baixinho (tinha aproximadamente 1,52m), descrito como uma pessoa muito amistosa, falante e engraçada. O jornalista e o marinheiro assinavam dedicatórias nos livros:

Fonte: BN, Divisão de Manuscritos, Arquivo Edmar Morel.

Os temas históricos eram frequentemente escolhidos pelo repórter Morel e ele utilizava métodos próximos aos do historiador, como o recurso a fontes impressas localizadas em arquivos e nas coleções da imprensa. Porém, ele sempre se apresentou como jornalista ou repórter. Seu trabalho oferece inúmeras pistas para se pensar sobre as fronteiras entre seu estilo de reportagem e a construção da narrativa histórica, como a importância dos fatos, a



reconstituição fundada nas fontes, a relevância do tempo como variante principal, as relações entre memória, história oficial e esquecimento. Porém, o jornalista assume mais facilmente a importância do tempo presente como ponto de partida e o passado somente tem sentido quando relacionado com as questões da atualidade, como problemas que retornam ao debate, uma data comemorativa, um personagem lembrado. Além disso, outras precisões merecem ser feitas. Primeiro, o livro *A Revolta da Chibata* não é uma biografia de João Cândido, como Edmar gostava de dizer, mas sobretudo uma mistura de dados biográficos do protagonista com uma reconstituição histórica, às vezes bastante factual, do levante de 1910. Em segundo lugar, se o procedimento de investigação do autor é próximo do método do historiador, sua escrita é bastante diferente. Enquanto o

historiador sente necessidade de citar datas, de fazer referências às fontes, de interromper seu texto com notas de rodapé, o repórter Morel prefere privilegiar a fluência da narrativa, que não deve ser muito interrompida com esse gênero de referências (4). Finalmente, um último aspecto deve ser evidenciado: o autor não menciona – e não deseja mencionar – nenhum vínculo com as correntes historiográficas de seu tempo. No entanto, mesmo sem evidenciar suas relações com outras escolas do pensamento, estabelece diálogos com outras linhas de trabalho da historiografia, nomeadamente através da recuperação da figura de um “herói da ralé”, nos seus dizeres. Nesse sentido, propõe tanto uma leitura da “história vista de baixo” quanto um compromisso biográfico que busca revelar histórias de homens comuns, mas extraordinários, perspectivas lançadas pela história social inglesa, como através de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, ou pela micro-história italiana, cuja maior referência seria o trabalho de Carlo Ginzburg(5).

O impacto do livro foi maior do que se esperava. A imprensa e o público receberam-no de forma entusiasmada e as novas gerações podiam, enfim, conhecer a história da sublevação. Em um mês, eram contados mais de 275 artigos publicados pela imprensa brasileira (MOREL, 2009, p. 266). Em dezembro de 1959, *A Revolta da Chibata* ocupava, de acordo com *O Globo* do dia 30 de dezembro, o terceiro lugar dentre os livros mais vendidos, atrás *A segunda edição* do livro é lançada num clima político mais tenso. No dia 3 de janeiro de 1963, Edmar Morel conta que, no avião, numa viagem entre o Rio e Recife, leu na revista *O Cruzeiro* uma carta de um leitor que procurava, por empréstimo ou compra, um exemplar de *A Revolta da Chibata*. “Estava ali o maior elogio” (MOREL, 2009, p. 272). Esta carta teria motivado o escritor a reeditar o livro, cuja segunda edição é lançada pela editora Letras e

Artes durante o IV Festival do Escritor Brasileiro, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em presença do jornalista e do marinho, bem como de “mais de duzentos marujos, cantando *Cisne branco*” (MOREL, 2009, p. 272). Segundo *A Notícia* do dia 23 de julho de 1963: “A *Revolta da Chibata* de Edmar Morel foi muito procurada pelo público, que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente João Cândido, o herói do livro, presente na barraca do escritor.” Edmar Morel conta ainda que João Cândido foi cumprimentado pelas maiores personalidades da literatura brasileira, como Jorge Amado, Rubem Braga, Vinícius de Moraes, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo e Rachel de Queiroz. No entanto, apesar desse reconhecimento junto aos intelectuais, o negro João Cândido não era bem recebido em todos os lugares da “boa sociedade”. Como conta Morel, ele teve dificuldade para encontrar um quarto de hotel no Rio de Janeiro, tendo procurado em 12 estabelecimentos, que sempre davam a mesma resposta “não tem lugar”. O mesmo reproduziu-se em São Paulo, quando João Cândido viajou para ser entrevistado por um programa de televisão (MOREL, 2009, p. 272).

No panorama da nova edição do livro, João Cândido é retomado como um ator importante da história do Brasil, uma figura particularmente utilizada por um novo grupo de marinheiros, organizados na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), criada em 1962 num contexto de politização da sociedade e de medo, de ambos os lados, de um golpe de Estado. A associação dos marinheiros pedia melhorias de sua condição e ampliação de seus direitos civis, mas se inseria num quadro mais amplo de reivindicações, que marcou o governo João Goulart (1961-1964)(6).

No dia 31 de março de 1964, forças do Exército se organizaram e destituíram o governo de João Goulart, concretizando a “revolução de 1º de abril” ou “golpe militar”, como conhecido posteriormente. No dia 14 de abril do mesmo ano, Edmar Morel escuta pelo rádio que o “Alto Comando da Revolução” tinha cassado, na primeira lista, seus direitos políticos por 10 anos. A principal razão desse ato era a publicação de *A Revolta da Chibata*. A partir de então, o jornalista não podia mais votar, exercer uma função pública e teve dificuldade em trabalhar na imprensa. Foi demitido de seu posto como assessor de imprensa na Rede Ferroviária Federal e somente continuou como assessor de imprensa do Sindicato Nacional das Companhias Aéreas graças à “coragem de seu chefe”, como disse (MOREL, 1999, p. 245). Edmar Morel fará colaborações esporádicas em periódicos como *Tribuna da Imprensa*, *Politika* e *Revista Nacional*, uma minoria dos órgãos que aceitavam sua participação durante a ditadura civil-militar.

Todavia, o jornalista reagiu com muito humor, bem a seu estilo, à sua cassação. Ele mandou emoldurar o decreto de supressão de seus direitos publicado no *Diário Oficial* e pendurou-o na parede de sua sala, como um quadro, dizendo ainda se tratar de seu mais importante “diploma”(7). Edmar Morel, apesar de sua ficha no DOPS acusar sua orientação “favorável ao comunismo”, ou literalmente como “elemento filiado ao PCB, militando na

cidade de Santos, no Estado de São Paulo” ou ainda, sobre um período posterior de sua vida, em que “participava de reuniões diárias com outros elementos cassados, bem como os membros da diretoria da ABI (...) em verdadeira célula comunista na Associação Brasileira de Imprensa”(8), se autodefinia como “nacionalista”, “homem de esquerda”, “socialista” e “progressista”, como deixou claro em seu livro *Moscou, Ida e Volta* (1952)(9). Sua principal identidade assumida publicamente era a de jornalista e de repórter e talvez por essa razão preferia não se vincular de maneira mais formal a nenhum partido. Durante os primeiros anos do novo governo ditatorial, o assunto da “Revolta da Chibata” era também abafado, enquanto João Cândido seguia sua vida, morando na mesma casa de São João do Meriti e se refugiando na Igreja Metodista Brasileira e na leitura (MOREL, 2009, p. 273-277). No dia 6 de dezembro de 1969, João Cândido faleceu de um câncer no pulmão, com 89 anos. Mesmo que tudo indicasse morte natural, os peritos pediram uma autópsia, tendo em vista a história do personagem.

É num contexto de abertura “lenta, gradual e segura” do regime ditatorial que Edmar Morel lança a terceira edição de seu livro, correspondendo ao renascimento dos movimentos sociais e democráticos impulsionados pelas greves operárias e pela fundação de novos partidos. A terceira edição de *A Revolta da Chibata* sai pela editora Graal, em 1979. Ela também foi um grande sucesso e Edmar Morel passava a ser, a partir de então, convocado para dar palestras sobre o assunto. Apesar do processo de abertura do regime, o repórter ainda era muito vigiado e na última nota de sua ficha no DOPS consta a participação numa conferência em um colégio, em 1981, sobre o tema. A terceira edição do livro é, como dito, acrescida de outros textos explicando o contexto de produção da obra e seu papel no longo processo de luta pela cidadania. Morel escreve ainda sobre outras manifestações culturais que resgatavam o levante dos marinheiros, como a canção “Mestre-Sala dos Mares”, de Aldir Blanc e João Bosco (1975), que foi modificada em razão das demandas da censura, que não gostava da exaltação de um herói negro, de um “almirante negro”. Segundo Edmar Morel, com a canção João Cândido entrava definitivamente para o panteão brasileiro, como diz: “Quando um herói humilde é cantado pela boca do povo, ele está no coração da sua gente. Seu lugar é no Altar da Pátria, como aconteceu com Tiradentes e Frei Caneca.” (MOREL, 2009, p. 277). Interessante observar que a letra de “Mestre-Sala dos Mares”, bem como o depoimento de Aldir Blanc, (10) deixam perceber que o livro de Morel foi a principal referência para a composição.

Em 1986, foi lançada a quarta edição de *A Revolta da Chibata*, também pela editora Graal. O contexto de redemocratização favorecia a retomada do assunto, mas o livro gerou novas reações por parte dos oficiais da Marinha e, em 1988, o vice-almirante Hélio Leônico Martins publica um trabalho, fruto de suas pesquisas, intitulado *A Revolta dos Marinheiros, 1910*, como uma forma de livro-resposta ou de atualização da versão oficial da Marinha. (11) A capa da quarta edição do livro de Morel era ilustrada com uma fotografia dos

marinheiros, parcialmente uniformizados e parcialmente à paisana, vários de pés descalços e usando bonés de marinheiro e alguns trazendo panelas ou bacias viradas, usadas como uma espécie de tambor, para fazer barulho. No centro da imagem, vê-se uma bandeira com as palavras “viva a liberdade”. A mesma fotografia é estampada na capa da 5ª edição do livro, de 2009. Na nova edição, a imagem é mais visível, veem-se homens negros ou mestiços, na maioria, manifestando, alguns trazendo em torno do pescoço o lenço vermelho que marcou a revolta. Trata-se de um clichê feito pelo fotógrafo Augusto Malta, que gostava de explorar a posição de meio círculo para destacar o centro da imagem e dar impressão de espontaneidade, e publicado na revista *O Malho*, no dia 25 de novembro de 1910. A legenda na revista dizia, de forma irônica; “preparativos da marinhagem para o *banquete*, no dia que foi publicada a anistia aos revoltosos”. A expressão *banquete* contrasta com o estado dos marinheiros, que, vestidos como estão e portando panelas vazias, parecem figuras miseráveis, quase em estado de mendicância. Nessa fotografia, que se torna então “a imagem oficial da capa do livro”, não se põe em destaque o personagem João Cândido, mas a condição geral dos marujos.

A 5ª edição aparece assim em 2009, pela editora Paz e Terra, não somente como fruto de um novo contexto político e cultural brasileiro, mas também propondo um diálogo com os novos estudos que surgem a partir dos anos 2000. O livro é anunciado como “edição comemorativa”, pois aproveita o gancho do centenário da revolta e dos 50 anos de publicação da primeira edição. Esta nova edição é bastante enriquecida pelo organizador, o historiador Marco Morel, neto do jornalista, que reedita a integralidade do texto, um índice onomástico no final (já presente na edição de 1986 e organizado pelo historiador) e novos itens. Dentre as novidades, o livro é acrescentado de uma apresentação do organizador, que sintetiza o percurso da obra e também a trajetória da própria revolta como tema da historiografia brasileira, o qual é apropriado de forma livre por outros setores da população e fora das academias e escolas, ao mesmo tempo em que é combatido dentro da instituição naval. A nova edição traz também diversas notas explicativas do organizador, muitas recuperando a trajetória de outros líderes do movimento, sem, contudo, prejudicar a leitura do livro por um público amplo e externo ao universo dos historiadores, tal como desejava Edmar Morel. A quinta edição apresenta ainda um vasto material iconográfico, distribuído na integralidade do livro e acompanhado de legendas. Por fim, outra grande novidade do trabalho está presente nos anexos. Assim, a versão oficial de Oliveira Bello (Anexo III) é acompanhada por uma introdução do historiador, em que ele próprio, a partir de suas pesquisas recentes, desconstrói alguns argumentos do oficial da Marinha, como o suposto analfabetismo de João Cândido. Como Anexo II, são apresentadas algumas páginas de *Reminiscências de um rábula criminalista*, publicado por Evaristo de Moraes, em 1922, em que o advogado conta como compreendeu a revolta dos marinheiros em seu tempo e como foi levado a defendê-los no processo de 1912, de forma voluntária.

Contudo, a grande surpresa da nova edição verifica-se no Anexo I, em que são publicadas as memórias de João Cândido sob o provável título original “A vida de João Cândido ou o Sonho da Liberdade”. Como a própria introdução de Marco Morel esclarece, trata-se de doze capítulos publicados na *Gazeta de Notícias*, entre 31/12/1912 e 12/01/1913, logo depois da liberação de João Cândido após o processo do Tribunal Militar. A edição dos textos deve-se ao conhecido jornalista Paulo Barreto, o João do Rio, que levou João Cândido até a redação, mas as memórias pertencem sem dúvida a João Cândido. Alguns relatos contam que o marinheiro teria começado, por duas vezes, a escrever ou a ditar a sua própria história, quando esteve preso depois da revolta e durante sua internação no hospital de alienados, entre 1911 e 1912. O texto seria uma versão dessas memórias, ainda que modificadas por João Cândido e pelos editores da *Gazeta de Notícias*. O diário do marujo, publicado no estilo folhetim e assemelhando-se a um diário de viagem (típico também da escrita dos oficiais da Marinha), conta vários detalhes das viagens feitas pelo marujo, da organização do levante, dos outros companheiros que participaram e de suas formas de sentir e de pensar o mundo. A história incrível dos marujos de 1910 é contada ali por seu protagonista, revelando mais uma fonte sobre o levante e sobre o momento em questão. Resta saber por que Edmar Morel não menciona a existência de tais memórias. Será que João Cândido lhe teria omitido a publicação? Em todo caso, elas enriquecem a narrativa de Morel e fornecem novos elementos dentro de um mesmo livro. Tece-se assim mais um fio de um diálogo de múltiplas vozes, ligando diferentes pontos que envolvem a questão mais ampla do exercício e do direito à cidadania.

Notas

1) Algumas tentativas de escrever sobre o tema foram abortadas, muito em decorrência da perseguição policial ou da Marinha, como no caso do poeta francês surrealista Benjamin Péret, que tentou escrever sobre a revolta nos anos 1930, mas acabou preso pela polícia de Vargas. Outro exemplo é o jornalista Aparício Torelli, o barão de Itararé, em 1934, cuja história já se tornou conhecida e foi inclusive contada por Edmar Morel após ser espancado por oficiais da Marinha por ter publicado uma série de textos sobre o assunto no *Jornal do Povo*, voltou para a sua sala na redação e afixou à porta a mensagem: “entre sem bater”. Os textos publicados no *Jornal do Povo* eram, de fato, de autoria de Adão Pereira Nunes, um médico ligado ao Partido Comunista que publicou, em 1934, um livro clandestino sobre o assunto, com o pseudônimo de Benedito Paulo (*A Revolta de João Cândido*). Ver: ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. “‘Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains’:

identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910”. Tese de doutorado em História, École des Hautes Études em Sciences Sociales. Paris, dezembro 2009, 580p.

2) Ver: MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999, p. 231-234.

3) Entrevista com Marco Morel, 16 de novembro de 2003.

4) Ver também, sobre esse tópico: SCHMIDT, Benito Bisso, “Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

5) Ver: GINZBURG, Carlo. *Le Fromage et les vers: l’univers d’un meunier du XVI^e siècle*. Paris: Flammarion, 1980. Sobre a escola inglesa, ver, entre outros: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

6) Sobre uma nova abordagem sobre a AMFNB e a rebelião dos marinheiros de 1964, ver: RODRIGUES, Flávio Luís. *Voices do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

7) MOREL, Edmar. *O Golpe Começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

8) Arquivos do DOPS, Prontuário 18430, "Ademar Morel, ou Edmar Morel ou José Edmar de Oliveira Morel". Agradeço ao historiador Marco Morel por ter-me concedido esta documentação.

9) MOREL, Edmar. *Moscou, ida e volta*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

10) MIS. *João Cândido, o almirante negro*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da Imagem e do Som, 1999.

11) MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos marinheiros, 1910*. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.